

Ministro projeta 60 mil empregos com a desestatização do Porto

Estimativa de vagas foi divulgada por Tarcísio Gomes de Freitas na audiência pública realizada ontem em Santos

ÁGATA LUZ
DA REDAÇÃO

O processo de desestatização da Santos Port Authority (SPA), empresa responsável pela administração do Porto de Santos, deve gerar cerca de 60 mil postos de trabalho. A estimativa foi divulgada pelo ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, durante a primeira audiência pública sobre o tema, realizada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), ontem, na Associação Comercial de Santos (ACS).

"Estamos conectando passado, presente e futuro. O setor portuário está evoluindo", enfatizou o ministro, dizendo que a desestatização é um passo estruturado que busca "reagir à inércia" e contar com cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos nos próximos anos – isso se dará por meio de 11 arrendamentos já programados e 19 ocorrerão durante o processo de concessão.

Tarcísio também ressaltou que um dos principais objetivos da medida é dobrar a capacidade de operação anual do complexo portuário (de 145 milhões para 290 milhões de toneladas). "Transformar (Santos) no maior porto do Hemisfério Sul. É a continuidade de



A audiência pública teve início às 16 horas e avançou pela noite de ontem, reunindo participantes da comunidade portuária e autoridades

um processo que já vem andando há algum tempo".

Além do titular da pasta da Infraestrutura, o evento reuniu deputados, empresários e representantes da Antaq, dos governos Estadual e Federal e de sindicatos ligados aos trabalhadores do Porto de Santos.

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, apresentou na audiência o mo-

delo de concessão, que tem prazo de 35 anos, prorrogáveis por mais cinco. "Não existe nenhuma consulta pública em que o processo apresentado saia igual", explicou, em referência ao modelo previsto para a SPA, que busca aliar velocidade, eficiência, investimento e redução de custos ao País.

APONTAMENTOS

Os principais apontamen-

tos debatidos na audiência pública envolveram segurança jurídica, capacitação de trabalhadores, regulação de tarifas portuárias, futuro da Usina de Itatinga, dragagem e prazo para estudar documentação.

Presente na audiência, a deputada federal Rosana Valle (PSB) também citou preocupações com emprego e a relação Porto-Cidade. Além de demonstrarem preocupação com a geração de empregos e a situação de quem já trabalha no Porto de Santos, os participantes questionaram diversos aspectos sobre segurança jurídica e regulação de tarifas no processo.

Transformar as duas etapas previstas para dragagem (nos anos de 2026 e 2033) durante a concessão em uma só (concentrada em 2026) foi uma sugestão apresentada, enquanto o tempo entre a disponibilização dos documentos e a realização da audiência pública recebeu críticas.

As consultas públicas devem acontecer até 16 de março e a população pode participar, enviando sugestões e pontos a serem esclarecidos por meio do site da Antaq: www.gov.br/antag.

Entre os apontamentos, o mais reforçado foi o pedido por uma nova audiência pública que apresente o projeto de privatização com as melhorias sugeridas. Isso será analisado pela União. Em meio aos questionamentos, Piloni revelou que o objetivo é devolver a Usina de Itatinga ao Ministério de Minas e Energia.

MODELO

O modelo de concessão da SPA foi baseado em estudos e aperfeiçoamentos a partir dos processos de desestatização realizados em outros países. "Aprendemos com os erros australianos", exemplificou Piloni. Outra referência para essa etapa foi a concessão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que engloba os portos de Vitória e Barra do Riacho. O fato de 2022 ser um ano eleitoral não muda a programação para a desestatização do Porto de Santos. "O conhecimento já foi construído. Se tudo der certo, em novembro a gente faz o leilão. Se não der certo, a gente estará com um modelo que vai ser feito logo na sequência", disse Tarcísio.

OPINIÕES

O programa Porto 360° - Entrevista debateu, na 4ª-feira, o processo de desestatização do Porto de Santos. Nele, cinco integrantes do time de colunistas de A Tribuna tiveram o desafio de responder ao seguinte questionamento: a concessão do Porto sairá ou não?

NÃO



"A agenda está errada, pois o Porto já é privatizado. Com Tarcísio (no cargo), ela (desestatização) tem chance de acontecer. Sem ele, não vejo isso ocorrendo"

Frederico Bussinger
Engenheiro e consultor portuário

NÃO



"O Porto tem dado retorno aos investimentos realizados. Se queremos ampliar a participação privada em pouco tempo, temos de repensar incentivos e regras"

Luis Claudio Santana Montenegro
Engenheiro civil

NÃO



"Precisamos pensar em segurança de dados. No mundo portuário, a tecnologia deve estar presente em todos os debates"

Ricardo Pupo Larguesa
Engenheiro da computação

SIM



"Com a desestatização, as pessoas precisam entender que é necessário fazer mais com menos. Será preciso ter coragem para se qualificar"

Hudson Carvalho
Especialista em Gestão de Pessoas e Estratégia Organizacional

SIM



"As oportunidades no Brasil são enormes, pois o apetite é grande por investimentos. Mas a pressão inflacionária mundial preocupa"

Gesner Oliveira
Economista



PORTO360°

Quer assistir ao programa na íntegra? Aponte a câmera do seu celular ao QR Code abaixo e confira. A apresentação é de Maxwell Rodrigues.

